ATA N.º 15 – 2017/2021

Primeira reunião da Sessão Ordinária de abril.

Aos vinte de seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Município, com início pelas 21 horas e 15 minutos, reuniu, em Sessão Ordinária de abril, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: ----------
Paulo André Silva e Silva, Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Ana Maria Fernandes Carvalho, Carla Cristina Caetano Castro, indigitada a substituir Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado; Herculano Miguel Pereira Caetano e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Lúcia Maria Azevedo Antão, João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Anabela Martins Carvalhinhos, indigitada a substituir Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. ----------
As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. ----------
Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos Silva, pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. ----------
Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; José Licínio Tavares Pimenta e António Nunes de Almeida, indigitado a substituir Nuno Miguel de Abreu Pereira da Silva, do PPD/PSD. ----------
Substituições: ----------
Pediram substituição na presente sessão os seguintes Membros Municipais: Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado e Ana Daniela Marques Santiago, do CDS-PP e Eduardo Nuno Alves de Castro Pereira Marques, do PPD/PSD.Faltou justificadamente o Membro Municipal Jorge Altino Pinho Melo, do CDS-PP. ----------
Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 28/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: ----------
A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; ----------
B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; ----------

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; ----------

D – Período Antes da Ordem do Dia; ----------

E – Período da Ordem do Dia: ----------

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas da Sessão Extraordinária realizada em 25.01.2019 e da Sessão Ordinária de fevereiro, realizada em 22.02.2019; ----------

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a "Atividade Municipal" e "Situação Financeira do Município"; ----------

Ponto 3 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2018; ----------

Ponto 4 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (Revisão n.º2) e às Grandes Opções do Plano (Revisão n.º 2) do Município de Albergaria-a-Velha para 2019; ----------

Ponto 5 – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha para 2019 – 1.ª Alteração; ----------

Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de realização da Sessão Ordinária de junho de 2019 na Freguesia de Alquerubim; ----------

Ponto 7 – Apreciação e votação de recomendação à Câmara Municipal para construção de um Parque Verde Urbano no núcleo urbano da Cidade de Albergaria-a-Velha; ----------

Ponto 8 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, dos pontos 3 a 7 do Edital n.º 28/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. ----------

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: ----------

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 004 a 007/2019; ----------

Da Comissão Municipal de Proteção Civil – Envio de convocatória para reunião da Comissão; ---------

Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PALM – Envio de certificação legal das contas e o relatório e o parecer do auditor externo – relativos ao relatório de gestão de contas do exercício findo a 31.12.2018; ----------

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; ----------

José Alho – PPD/PSD – Apresentou dois Votos de Congratulação, pelo 79.º aniversário da Associação Recreativa e Musical Amigos da Branca (ARMAB) e pelo 94.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I, Fls. 1; Anexo II, Fls. 1). ----------

Jesus Vidinha – PS – Informou que o Grupo Municipal do PS associa-se aos Votos de Congratulação apresentados**.** ----------

Paulo Silva – CDS-PP – Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP subscreve os Voto de Congratulação apresentados. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que os Votos de Congratulação apresentados foram subscritos por todos os Grupos Municipais, declarou os mesmos aprovados, por unanimidade. ---

Ludovina Silva – PS – Apresentou dois Votos de Congratulação, à equipa de futebol feminino do Clube de Albergaria, pela sua prestação na competição da Taça de Portugal e pelo 94.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo III, Fls. 1; Anexo IV, Fls. 1;). ----------

José Alho – PPD/PSD – Informou que o Grupo Municipal do PSD associa-se aos Votos de Congratulação apresentados. ----------

Paulo Silva – CDS-PP – Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP subscreve os Votos de Congratulação apresentados. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que o Voto de Congratulação apresentado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha já se encontrava aprovado, por unanimidade. Considerando que o Voto de Congratulação apresentado à equipa de futebol feminino do Clube de Albergaria foi subscrito por todos os Grupos Municipais, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade. ----------

C – 1.º Período da Intervenção aberto ao Público; ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o primeiro Período de Intervenção aberto ao Público, informando haver quatro inscrições, sendo dada a palavra, de forma sequencial, às cidadãs com as inscrições n.º 1, 2 e 4, Florbela Lemos Ferreira Almeida, Maria do Céu Monteiro Pereira e Maria Emília Resende, respetivamente, considerando que o assunto versa sobre o mesmo tema, dando a palavra posteriormente, à cidadã com a inscrição n.º 3, Maria Isabel Telha Tavares Pereira. Deu então a palavra a Florbela Lemos Ferreira Almeida. ----------

Florbela Lemos Ferreira Almeida – Usou da palavra, em nome dos utentes da Extensão de Saúde de Valmaior, solicitando esclarecimentos sobre o ponto de situação daquela Extensão, uma vez que a população se encontra sem médico de família há cerca de quatro meses, sendo uma população maioritariamente idosa e sem transporte para deslocação para outras freguesias. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra a Maria do Céu Monteiro Pereira. ----------

Maria do Céu Monteiro Pereira – Usou da palavra, indicando que se ocorrer o encerramento da Extensão de Saúde de Valmaior, os atuais utentes querem ser transferidos para a Extensão de Saúde de Albergaria-a-Velha e não para a Extensão de Saúde da Branca ou de Angeja, porque pertencem à freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior e não dispõem de transporte para aquelas freguesias. Disse ainda que em caso de necessidade, o povo de Valmaior desloca-se em conjunto a Aveiro para falar com a entidade competente na matéria. Terminou a sua intervenção. Solicitando toda a colaboração possível por parte do executivo municipal na resolução do presente problema. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra à cidadã Maria Emília Resende.----------

Maria Emília Resende – Usou da palavra solicitando ao executivo a tomada das diligências necessárias para manter aberta a Extensão de Saúde de Valmaior, indicando a falta de médico naquela Extensão de Saúde e mencionando trabalhar diariamente com idosos, reconhecendo a sua dificuldade de deslocação. Informou ainda que neste momento, os serviços de apoio aos idosos estão inclusivamente impedidos de pedir a emissão de receituário, quando anteriormente era possível fazê-lo.

Acrescentou ser mais fácil deslocarem-se para o Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, do que para as Extensões de Saúde da Branca ou de Angeja, pedindo a colaboração do executivo na resolução desta questão que afeta a população de Valmaior. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que as três primeiras inscrições versam sobre o mesmo assunto, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior tido uma preocupação enorme relativamente a esta matéria, juntamente com a Câmara Municipal. Referiu que, no presente momento, o executivo municipal nada pode garantir, entendendo no entanto que, até à data, o processo tem decorrido favoravelmente. Informou que durante o mês de maio a Extensão de Saúde de Valmaior irá estar em funcionamento às terças e quintas-feiras. Disse ainda que, pese embora tenha havido um atraso por parte do ACES, acredita que aquele Agrupamento não irá falhar e cumprirá com a abertura da Extensão de Saúde de Valmaior. Destacou o esforço feito pela Vereadora Catarina Mendes para melhorar a qualidade de resposta no serviço de saúde, referindo também que o Padre José Carlos tem estado igualmente, e desde sempre, do lado da população, estando em conversações com o executivo municipal e com a Junta de Freguesia para resolver esta questão. Clarificou que o Governo atual do PS tem estado do lado do Município de Albergaria-a-Velha para encontrar a melhor resposta neste âmbito.

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, indicando que o assunto da saúde trazido pela população de Valmaior é de elevada importância, traz associados outros dois assuntos de igual importância, designadamente os cuidados de saúde prestados a uma população idosa e a questão da mobilidade. Neste âmbito, referiu uma carência de médicos de família, da qual resulta uma falta de resposta próxima, pela qual apelam os Valmaiorenses e que deve existir, nomeadamente tendo em consideração a população idosa que apresenta dificuldades de mobilidade. Por um lado, há a responsabilidade do Governo em garantir o número de profissionais de saúde necessários para prestar os cuidados de saúde. Por outro lado, há alguma responsabilidade do município, no âmbito da mobilidade. Sublinhou e elogiou a intervenção das mulheres, no seu apoio às causas sociais, sublinhando que a maior dificuldade em aceder aos cuidados médicos se deve às questões de mobilidade. Continuou recordando ter sido anteriormente discutida a questão da rede de transportes públicos intra concelhia, entendendo dever ser criada essa rede de transportes dentro do município, para que as pessoas com dificuldade de mobilidade, ou que não dispõem de recursos para suportar essa mobilidade, possam aceder aos cuidados de saúde. Esclareceu a cidadã Emília Resende que existem, neste momento, meios informáticos que permitem a solicitação de medicamentos sem deslocação à Extensão ou Centro de Saúde, havendo uma simplificação deste procedimento. Concluiu manifestando o apoio do Grupo Municipal do PS na defesa dos interesses da população Valmaiorense, na matéria exposta nesta sessão, que é o direito à saúde, constitucionalmente consagrado. ----------

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, recordando que na sessão de Assembleia Municipal de setembro, realizada em Valmaior, havia questionado se a Extensão de Saúde de Valmaior iria encerrar, referindo que se tudo estivesse bem as pessoas não tinham vindo manifestar-se nesta sessão. Questionou o Presidente da Câmara Municipal relativamente ao pensamento estratégico, ao diagnóstico, às prioridades e aos eixos orientadores para este setor. O Presidente da Câmara Municipal

referiu, nessa sessão, que estaria a "retardar que o rio chegasse ao mar". Informou ter sido aprovada, por unanimidade, uma moção para um Plano Municipal de Saúde, na Assembleia Municipal de Sever do Vouga. Em matéria de saúde, referiu que o Grupo Municipal do PSD está do lado das populações e, neste caso particular, do lado de Valmaior, perguntando ao Presidente da Câmara Municipal de que lado se posiciona. ----------

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, recordando a importância da alteração do Regimento da Assembleia Municipal, que permitiu às pessoas a sua intervenção em assuntos que versam sobre as suas necessidades e aspirações, no início da sessão, e não no final, como previsto no anterior regimento. Referiu não ficar bem ao Membro Municipal José Alho usar este assunto da forma como o fez, porque já era do conhecimento geral que iriam faltar médicos de família, considerando que um terço destes médicos se iriam reformar em 2019, ficando 800 mil cidadãos sem médico de família. Indicou que o Presidente e a respetiva Câmara Municipal não têm competência nesta área, podendo apresentar recomendações, mas de modo muito informal, verificando-se uma certa impotência para resolver o assunto, facto que é do conhecimento das pessoas. Concluiu a sua intervenção referindo ser difícil haver uma política de saúde quando se assiste à saída de uma quantidade enorme de médicos para a reforma, o que implicará que este problema afete todos os cidadãos, a nível nacional. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informou já se ter avançado com o procedimento do transporte, esclarecendo que este procedimento foi atrasado, pois quanto mais depressa avançasse, mais depressa se encerraria a Extensão de Saúde de Valmaior. Clarificou depois ter dito, anteriormente, que este executivo estaria a "retardar que a água do rio chegasse ao mar", porque, tratando-se de uma realidade que vai ocorrer, quanto mais se atrasar o processo melhor será para a população de várias freguesias. Esclareceu que, tratando-se a saúde de um direito universal, reduziria, se tal fosse possível, despesas noutras atividades para garantir o funcionamento das extensões da saúde, tal como o Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior retiraria do seu orçamento as verbas necessárias para pagar a um médico. No entanto, a legislação em vigor não lhes permite este tipo de ação, referindo ter já existindo um Presidente de Junta de Freguesia que teve uma iniciativa semelhante e foi penalizado pela sua atuação. Informou haver uma estratégia, contrariamente ao que é dito, para garantir o acesso aos cuidados de saúde. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que a Assembleia Municipal está solidária com o problema exposto, havendo uma estratégia de saúde nacional que ultrapassa as competências do município. Referiu ser uma luta difícil, mas a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal estão do lado das pessoas. Agradeceu ainda a vinda da população Valmaiorense à Assembleia Municipal. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra à cidadã Maria Isabel Telha Tavares. ----------

Maria Isabel Telha Tavares – Usou da palavra, informando que há muito tempo que são remetidos processos para o Presidente da Câmara Municipal relativamente a um caminho público que passa na Póvoa de Mouquim, denominado *Vale das Pêgas*, mas nada tem sido feito. Referiu que o caminho tem 3 metros de largura, encontrando-se obstruído e intransitável, contando atualmente com cerca de 1 metro de largura. Neste caminho, outrora, circulavam viaturas, dando ligação a terrenos da sua propriedade e a outros caminhos públicos da Freguesia de Macinhata do Vouga, do Município de

Águeda, nada estando a ser feito para a sua reposição. Referiu sempre ter existido limpeza por parte dos anteriores Presidentes de Câmara Municipal, o caminho foi alcatroado, lamentando que não seja dada resposta aos processos que são remetidos para a Câmara Municipal. Solicitou esclarecimentos sobre as razões que levaram este caminho público ao ponto em que se encontra e que era transitável. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo V, Fls. 13). ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu tratar-se de um processo que teve o seu início em 2010 e que é de difícil resolução, porquanto se trata de um caminho que faz ligação entre dois municípios e duas freguesias, não existindo documentos escritos que provem a sua existência. Informou ainda que este executivo já reuniu com o Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga para tratar deste assunto, não tendo sido possível a sua resolução, em face da inexistência da citada documentação. Reconhecendo ser desejável outro tipo de intervenção, a autarquia procedeu no entanto à limpeza do caminho, na medida do que foi possível. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. ----------

D – Período Antes da Ordem do Dia; ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção. ----------

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, informando que a AHMA, uma IPSS institucional sem fins lucrativos, fundada em 1999 no âmbito da problemática dos maus tratos infantis, sem que na época houvesse, no município, qualquer resposta social na área, no superior interesse das crianças, tem atualmente quatro respostas sociais: o centro de acolhimento temporário, o centro de apoio e aconselhamento parental, um jardim-de-infância e uma creche. Salientou que duas das respostas sociais enunciadas são a única resposta a nível concelhio e onde os beneficiários não pagam qualquer comparticipação. Em resposta ao aumento das necessidades sociais, a AHMA vai edificar, de raiz, um novo edifício, com capacidade para 44 crianças dos 4 aos 6 anos de idade. Também irá ser adaptado o novo espaço, que está atualmente desatualizado, para cumprimento dos necessários requisitos, para abertura de nova sala de jardim-de-infância. As obras serão financiadas unicamente pelas verbas da instituição e de contração de empréstimo bancário. Tendo em conta a estrutura do edifício e a pertinência social da obra, questionou se a Câmara Municipal apoiará esta construção e a respetiva obra. Depois, referiu que decorrem informações da existência de processos de instalação de uma ou duas superfícies comerciais no município, questionando, em caso afirmativo, qual a política do executivo relativamente ao estímulo do comércio local. ----------

Jesus Vidinha – PS – Informou que a apropriação privada de caminhos públicos também se verifica na Freguesia de Angeja, esperando que o infrator não seja beneficiado pela infração. Continuando, referiu que o pior que pode ser feito na vida política é politizar uma IPSS. Sendo conhecedor da realidade de todas as IPSS`s do município, nunca lhe ocorreria trazer a esta Assembleia Municipal as necessidades particulares das IPSS`s, lamentando a politização, por parte do PSD, de uma IPSS, quando deverá estar distante das questões partidárias, tendo dúvidas que os próprios dirigentes da AHMA tenham

incumbido o Grupo Municipal do PSD de trazer o assunto à Assembleia Municipal. Disse ainda que a última sessão ordinária da AM ocorreu em 22 de fevereiro, tendo a Câmara Municipal, desde 21 fevereiro, celebrado quatro contratos no valor de € 187.669.36, os quais estão abrangidos pela autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, aprovada na Sessão Ordinária deste órgão local realizada em 23,11.2018 e que na Ordem de trabalhos da presente sessão, deveria constar um ponto com a listagem dos contratos plurianuais, que deve ser fornecida em todas as sessões ordinárias, o que não se verifica no edital que convocou esta sessão, alertando o Presidente da Assembleia Municipal para esta questão. Lembrou o compromisso de que a informação de todos os contratos cujos encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração seria disponibilizada à Assembleia Municipal. Referiu que fazendo um confronto da listagem fornecida pela Assembleia Municipal, se verifica não existir uma conformidade entre esta e a listagem dos contratos celebrados pela Câmara Municipal, esperando que não haja contratos que não são dados a conhecer a este órgão. Neste âmbito, colocou à consideração do Presidente da Assembleia Municipal, sem pretender criar qualquer problema, se a presente sessão deverá ou não prosseguir com a Ordem de Trabalhos apresentada. Questionou depois quais os motivos que justificam a celebração de um contrato com a empresa *Época - Gestão,* Estudos *e Projectos, Lda*, no valor de € 26.000,00, para a requalificação da Zona Industrial, considerando que a Câmara Municipal tem recursos humanos e técnicos que, em seu entender, têm capacidade para fazer o trabalho necessário, conforme foi feito em anteriores projetos da cidade. Questionou também quais os motivos que justificam ter sido celebrado um contrato com a empresa *Ecoambiente*, para o aluguer de uma viatura de recolha de resíduos sólidos, interrogando se a Câmara Municipal está a suprir uma lacuna da empresa *Luságua* ou se, por seu turno, está a introduzir uma nova valência nesta matéria. Concluiu referindo que a empresa *Luságua* presta um mau serviço e revela não investir na formação dos seus recursos humanos e não ter competência para o serviço que presta. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Interveio, referindo que de acordo com o regimento, da Ordem do Dia constam os assuntos da competência do órgão que os propõe, manifestando a sua disponibilidade para verificar o assunto apresentado pelo Membro Municipal Jesus Vidinha junto do Presidente da Câmara Municipal, acerca dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais e, estando em falta, pedirá ao Presidente da Câmara Municipal para que tome as diligências necessárias para que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal da listagem com a informação atualizada. Referiu, após indicação do Presidente da Câmara Municipal, que apenas são apresentados à Assembleia Municipal os contratos plurianuais e não os anuais e que na próxima sessão serão dados os esclarecimentos necessários, não havendo a necessidade de suspender a sessão. ----------

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, parabenizando a Assembleia Municipal pela Sessão Extraordinária do 25 de Abril, que foi muito gratificante e esclarecedora. Porém, no final do debate ficou com mais dúvidas e preocupações, referindo que, na área da saúde, um deputado da Assembleia da República afirmou que uma Câmara Municipal teve a iniciativa de avançar com um projeto, mas que o Governo comparticipava em apenas € 110,00/mês para a gestão do espaço e, no respeitante à Educação, que o Município da Mealhada também avançou com projeto piloto na Escola Básica Integrada, não tendo atualmente as verbas necessárias para avançar com as obras. Disse entender

que o problema na saúde em Albergaria-a-Velha tem de ser analisado com muita atenção, porque nem o Estado sabe o que fazer, encontrando-se desorientado. Indicou que a fábrica que se instalou na Freguesia de Cacia não paga impostos no município de Albergaria-a-Velha, todavia os camiões que circulam em São João de Loure, Frossos e Angeja, ao serviço da mesma fábrica, danificam as vias deste município, havendo a necessidade de agir em face desta realidade, que tem inclusivamente aumentado o volume de tráfego rodoviário. Recordou o compromisso do Presidente da Câmara Municipal relativamente ao caminho prometido do lugar do Vale da Silva, em Loure, informando da necessidade de verificar os constrangimentos que possam existir. Informou haver naquele local uma exploração de destacar na área do turismo de habitação e que deve ser estimada, apelando à tomada de diligências para se cumprir o que foi prometido. No que respeita aos passeios da ponte de São João de Loure, referiu dever consolidar-se as estruturas existentes ou proceder à sua melhoria, informando que levará este assunto à próxima reunião da CIRA. Recordou ainda estar em falta avançar com a 2.ª etapa da intervenção da Rua do Ribeiro, em São João de Loure. Concluiu alertando para a necessidade de intervenção naquele que considera ser o pior caminho do município, designadamente a Rua dos Gizes, que vai da autoestrada até à Rua da Cancela, em Loure. ----------

João Branco – PPD/PSD – Informou que nas últimas semanas o PSD tem efetuado reuniões com coletividades e associações do município, tendo sido transmitido que o Clube Desportivo de Campinho ambicionava a colocação de uma caixa de salto no estádio municipal de Albergaria-a-Velha, que se mostra necessária para complementar a capacidade de treino de atletismo daquele clube, necessidade já transmitida à Câmara Municipal. Indicou ter sido colocada uma *pista de tartan* no estádio municipal da Branca, que teve um custo de € 170.000,00, entendendo que, por uma questão de equidade, deverá a Câmara Municipal proceder à colocação daquela caixa, cujo custo se estima muito inferior à *pista de tartan*. ----------

José Alho – PPD/PSD – Interveio, informando a Membro Municipal Jesus Vidinha que a matéria apresentada sobre as IPSS`S é pertinente, porque o regulamento de apoio às mesmas vai à reunião de Câmara Municipal e à sessão de Assembleia Municipal. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – "Sr. Presidente, lamento imenso ter de lhe chamar novamente à atenção sobre a temática do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações conexas. O Sr. Presidente, há precisamente um ano (faz amanhã um ano), reconheceu e pediu desculpa por ausência de plano atualizado, e procedeu de imediato à sua atualização, mas Sr. Presidente esqueceu-se que nesse plano está previsto a apresentação e a consequente apreciação de um relatório anual de execução, até ao final do 1º trimestre de cada ano, por parte da Câmara e, consequentemente por parte desta Assembleia Municipal, o que não aconteceu. Sr. Presidente já são falhas demais e, até fico com a sensação que o Sr. não está nada interessado na apresentação deste relatório. Sr. Presidente questiono o porquê desta situação e relembro que a culpa não deve morrer solteira. Sr. Presidente, temos assistido no Município de Albergaria-a-Velha a um aumento generalizado de violência, nomeadamente de assaltos e, até acompanhado com violência aos mais idosos, estou-me a recordar da recente onda de assaltos em Alquerubim e também existe relatos destes acontecimentos noutras freguesias. Sr. Presidente, pergunto a si e, por interposta pessoa, ao Presidente de Junta de Freguesia de Alquerubim o que fizeram sobre este tema. Sr. Presidente fico com a sensação que quase nada foi feito para que se combata este sentimento geral de insegurança, com assaltos sucessivos,

nomeadamente em Alquerubim e, além dos roubos também estiveram em perigo de vida pessoas e pessoas idosas extremamente vulneráveis. Sr. Presidente, faço estas afirmações devido à ausência de pareceres referidos no n.º 1 do artigo 4º da Republicação da Lei nº 33/98 e que diz textualmente que «os pareceres referidos no n.º 1 são apreciados pela assembleia municipal sob proposta da Câmara Municipal, com conhecimento das forças de segurança com competência no município»". ----------

Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Fráguas – Parabenizou a iniciativa da Sessão Extraordinária do 25 de Abril, aproximando esta Assembleia Municipal da população, bem como de todos os deputados da Assembleia da República que nos representam, no Distrito de Aveiro. Questionou de que forma a área política suscitará o interesse dos jovens quando se verifica, na sessão do 25 de Abril, um espírito de solidariedade e de cooperação, onde foi admitido que a área de saúde é bastante delicada e, por seu turno, nesta sessão se assume uma posição divergente e se retira aproveitamento político do tema da saúde. ----------

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra, informando que no âmbito do desenvolvimento sustentável e da mobilidade, não se pensa na mobilidade reduzida a que estão sujeitas algumas pessoas, constatando com desagrado que muitos passeios não estão rebaixados em relação às margens das passadeiras, enumerando algumas ruas onde esta situação se evidencia e alertando para a necessidade de assegurar os direitos das pessoas com a mobilidade reduzida. Questionou se o processo referente à rede de transportes vai atrasar-se como forma de evitar o encerramento de espaços de saúde, considerando as previsíveis reformas dos médicos para os próximos tempos. Recordou serem vários os motivos para a deslocação das pessoas, pelo que esta rede de transportes reveste de elevada importância para as pessoas que não tem outro meio de deslocação. Alertou depois para a existência de passeios totalmente danificados pelas raízes das árvores junto ao estádio municipal, impossibilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.----------

Jesus Vidinha – PS – Referiu subsistir a dúvida do Grupo Municipal do PS relativamente à questão anteriormente apresentada, face à existência de contratos plurianuais aprovados, conforme a Ata da Reunião da Câmara Municipal de 07.02.2019. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que a questão colocada pelo Membro Municipal Jesus Vidinha irá ser esclarecida junto do Presidente da Câmara Municipal. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim – Usou da palavra, informando parecer-lhe que alguém efetuará gravações, dado serem colocadas nesta sessão as mesmas questões colocadas na Assembleia de Freguesia de Alquerubim. Informou que relativamente ao assunto do assalto, já prestou esclarecimentos na Assembleia de Freguesia, referindo que o Membro Municipal poderia ter assistido à sessão. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Referiu não ficar bem o tipo de resposta dada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim a esta Assembleia Municipal. Relativamente à intervenção do Membro Municipal Arménio Silva, disse entender que esta reforça o teor da reunião da freguesia de São João de Loure e Frossos, em 19 de março de 2019, sobre um conjunto de preocupações da freguesia. Referiu que todos têm consciência de algo que vai acontecer no futuro em Valmaior, na área da saúde, discordando da afirmação do Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas, de que à Câmara Municipal pouco ou nada resta fazer. A responsabilidade técnica (médicos e enfermeiros) é da competência do Ministério da Saúde, no

entanto, na sua opinião, há coisas que podem antecipar-se. Referiu que protelar, no tempo, este tema não garante a melhor solução. Concluiu mencionando que Valmaior não está isolado nesta luta, porque também São João de Loure está a um passo de passar a funcionar dois dias por semana, questionando o Presidente da Câmara Municipal se se confirma ou não esta informação. ----------

Paulo Silva – CDS-PP – Interveio, informando que o problema da falta de médicos é um problema comum a várias freguesias. No que respeita à segurança, existem atualmente mais agentes da GNR no município, esclarecendo que o CDS vai apresentar uma exposição à GNR, relatando os episódios ocorridos, e pedindo as devidas responsabilidades a quem de direito. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Recordou que o Deputado da AR, João Almeida, eleito pelo CDS-PP, apoiava a agregação dos municípios, para que pudessem ganhar escala e responder com melhores serviços. ----------

Rui Sousa – PPD/PSD – Indicou que uma das atribuições do município é a saúde, no sentido lato, conforme enunciado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, pelo que este assunto cabe nesta Assembleia Municipal, esperando que esta discussão não ocorra em vão, pelo facto de o CDS-PP considerar que o assunto não é da competência do município. No que respeita à Linha do Vouga, disse constarem informações públicas que o Município de Oliveira de Azeméis vai ter uma ligação ao Metro, o que implica rapidez e proximidade ao Grande Porto e que as freguesias de Albergaria-a-Velha e Valmaior e da Branca poderiam beneficiar de uma ligação rápida a Oliveira de Azeméis, esperando que a Câmara Municipal tenha capacidade visionária para que Albergaria-a-Velha não fique de fora desta ligação. ----------

Arménio Silva – CDS-PP – Interveio, referindo que quando uma Junta de Freguesia tem problemas deverá enviar ofícios para a Câmara Municipal, para o Ministério da Administração Interna, como forma de cooperar em matéria de segurança. Recordou que, em Albergaria-a-Velha, havia apenas dois polícias no período noturno, pelo que só um deles poderia estar afeto à patrulha para o posto não ficar abandonado, tendo a equipa sido reforçada através de pessoal afeto a Sever do Vouga. Sobre a Linha do Vouga, referiu que entre Aveiro e Águeda, principalmente entre nos troços Eixo-Águeda e Águeda-Mourisca há um número reduzido de utentes, sendo um meio de transporte insustentável e inviável. Concluiu referindo entender que o executivo deverá lutar pelas áreas prioritárias, designadamente a saúde. ----------

Presidente da Junta de Freguesia da Branca – Na sequência da intervenção do Membro Municipal João Branco, questionou se será efetivamente necessário a colocação de uma caixa de areia para a modalidade desportiva "salto em comprimento" no estádio municipal de Albergaria-a-Velha. Na sua opinião, a questão não se coloca por motivos de equidade, mas sim por motivos de prioridade e de necessidade, devendo ser dado seguimento ao pedido apenas se for necessário. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Interveio, em defesa da honra, por ter sido citado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim, referindo não ter efetuado qualquer gravação e não tendo de lhe pedir autorização para intervir nesta Assembleia, tendo este de aceitar as regras democráticas. ----------

Rui Sousa – PPD/PSD – Indicou que a Linha do Vouga não é uma prioridade do município, mas face à informação relativa ao Município de Oliveira de Azeméis no que respeita à ligação da Linha a Norte, dever-se-á refletir se uma série de municípios estão ou não a pensar em caminhos diferentes.----------

Rui Marques – CDS-PP – Usou da palavra referindo que todos os estudos apontam que o Vouguinha não tem viabilidade. Esclareceu que o grande fluxo de trânsito ocorreria na linha Albergaria-Aveiro, mas o avultado custo não justifica o investimento. Lembrou que o Município de Oliveira de Azeméis tem cerca de 50 mil habitantes, seguindo os municípios de São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Espinho, pelo que se trata de realidades diferentes, sendo necessário cuidado na análise que é feita para não correr o risco de se fazer demagogia. Sobre a saúde, esclareceu que o município tem responsabilidades em todas as áreas, atribuídas por lei, de uma forma vaga, mas depois a legislação determina que a competência é de cada ministério. No âmbito da saúde, os responsáveis pela gestão não conhecem a realidade dos municípios e das freguesias, criando soluções com base em números e distâncias entre locais. Ainda neste âmbito, questionou se é possível que os utentes de Valmaior sejam atendidos pelo médico afeto à Extensão de Saúde da Branca e porque razão o mesmo médico não se desloca a Valmaior e presta o serviço dois dias em Valmaior e três dias na Extensão de Saúde da Branca. Lembrou que era Presidente da Câmara à época em que o serviço de urgência fechou à noite porque a relação entre o custo e o número de utentes beneficiários não justificava a sua abertura naquele período e que, quando o Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha, Dr. Torres e Menezes, do PSD, teve como sua bandeira política a reabertura daquele serviço, ocorreu o seu encerramento no período da tarde. Concluiu dizendo entender que o que a Câmara Municipal pode fazer, relativamente a esta matéria é exercer a sua influência no sentido de não serem repetidos erros efetuados na Administração Pública Central.----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para dar os esclarecimentos necessários sobre as questões colocadas. ----------

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, informando o Membro Municipal Rui Sousa que o plano ferroviário nacional apresentado pelo atual Governo Socialista contempla um investimento na requalificação da linha de Oliveira de Azeméis a Espinho, não se prevendo qualquer investimento nacional para o resto da linha do Vale do Vouga. Esclareceu não existir exploração da via ferroviária entre Oliveira de Azeméis e Sernada, que passava por Albergaria há mais de uma década, não se prevendo que venha a reabrir, nem que seja contemplado outro investimento. Acrescentou que Oliveira de Azeméis não integra a CIRA, mas sim a Comunidade Intermunicipal da Grande Área Metropolitana do Porto, tendo outras regras e planos de investimentos. Continuando, referiu ter lido com atenção um projeto do Bloco de Esquerda para o plano ferroviário nacional, o qual prevê a requalificação de inúmeras linhas, inclusive em Albergaria-a-Velha, que é financeiramente insustentável, prevendo também a ligação Porto-Aveiro-Salamanca, mas depois prevê um interface na Mealhada, o qual provavelmente não passaria em Albergaria-a-Velha, por estar direcionada para sul. No que respeita à caixa de areia ambicionada pelo Clube Desportivo de Campinho, esclareceu já terem sido pedidos orçamentos, sendo entretanto avaliados o custo e o número de atletas que o equipamento vai servir. ---

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra à Sr.ª Vereadora Catarina Mendes, para esclarecer sobre as questões colocadas no âmbito da ação social. ----------

Vereadora Catarina Mendes – Informou que o executivo conhece bem as IPSS`s do município, com as quais tem um relacionamento muito próximo, permitindo perceber quais são os seus projetos, ideias e anseios. De salientar, ainda, a existência de um programa que determina que se antecipe, em orçamento municipal, os apoios anuais a conceder às associações. Lembrou que todas as IPSS`s do município são apoiadas nos seus projetos, sendo também apoiadas pelos investimentos realizados pelo município. Para além dos apoios concedidos através de programa, há uma sensibilidade deste executivo e particularmente do Presidente da Câmara Municipal em dar resposta a estas instituições, sobretudo ao nível da inclusão das pessoas com deficiência, de famílias carenciadas e de crianças provenientes de famílias mais desfavorecidas. Parabenizou a AHMA pela obra que pretende desenvolver para o acolhimento de crianças, esclarecendo que, desde que não configure duplo financiamento, se a instituição se candidatar a apoios municipais, será apoiada pelo município. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra acrescentando que as transferências correntes para IPSS`s totalizaram € 396.622,85 em 2012 e € 767.525,00, em 2018. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VI, Fls. 1). No que respeita à segurança, informou ter havido um reforço da equipa da brigada da GNR de Albergaria-a-Velha e que o Executivo se comprometeu que, quando os novos membros fossem efetivados na equipa de Albergaria-a-Velha, ofereceria uma viatura à GNR para reforçar a vigilância no município. Continuando, disse verificarem-se em Alquerubim várias situações que o espantam, designadamente o facto de ter sido contactada a GNR devido à viatura da equipa dos Bombeiros se encontrar mal estacionada e de haver associações que colocam o Presidente da Câmara Municipal fora das respetivas instalações. Sobre a transparência e a existência do plano de corrupção e infrações conexas, referiu que até à data nenhum vereador foi acusado de nada. Esclareceu que o elevado número de árvores plantadas obriga atualmente à sua substituição e à correção dos passeios. No que respeita ao lixo, informou ser uma preocupação do executivo, que pretende transformar este problema num orgulho de Albergaria-a-Velha, que sirva de referência para todos. Informou haver uma parceria com a ERSUC, para recolher os resíduos porta-a-porta, a partir do dia 2 de maio, campanha que contou com a adesão de 150 estabelecimentos da cidade, tendo sido envolvidos adicionalmente as escolas, as IPSS`s e os bombeiros. Sobre os contratos plurianuais, referiu não haver qualquer problema em dar atempadamente informação. Continuando, esclareceu não ter dado entrada qualquer pedido para construção de superfícies comerciais. No que respeita à saúde, informou aguardar-se a realização de uma reunião com o ACES, para saber como pretende o responsável pela área trabalhar esta matéria. No que respeita à Extensão de Saúde de São João de Loure, referiu ser menos penoso ver reduzido o seu funcionamento em dois dias, comparativamente à Extensão de Saúde de Valmaior, cujos utentes estiveram sem médico de família durante 3 meses. Considerou, de igual modo, ser preferível manter estes serviços abertos em todo o território, entendendo ser preferível o acesso aos serviços médicos dois dias por semana na Extensão de Saúde de Valmaior do que o seu encerramento. ----------

Arménio Silva – CDS-PP – Interveio, informando que na Extensão de Saúde de São João de Loure o médico está a encaminhar novas inscrições para a Extensão de Saúde de Angeja, porque já não tem capacidade para absorver mais utentes. Entende ser necessário debater-se esta questão, porque pelo menos os cinco dias úteis de funcionamento deverão ser garantidos, recordando que a freguesia de São João de Loure e Frossos é a terceira maior freguesia do município. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. ----------

E – Período da Ordem do Dia: ----------

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas da Sessão Extraordinária realizada em 25.01.2019 e da Sessão Ordinária de fevereiro, realizada em 22.02.2019; ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os serviços de apoio à Assembleia Municipal solicitaram que fosse acrescentado à ata da sessão Extraordinária de Janeiro de 2019 que "pediram substituição os Membros Municipais Eduardo Marques e José Laranjeira". Mais informou que as atas iriam ser votadas de acordo com a sua ordem cronológica. Recordou também que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo "não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita". Solicitou inscrições relativamente ao ponto 1 da Ordem do Dia. Não havendo inscrições, colocou à votação as atas da Sessão Extraordinária realizada em 25.01.2019 e da Sessão Ordinária de fevereiro, realizada em 22.02.2019. ----------

Votação: a) colocada a votação a ata da Sessão Extraordinária realizada em 25.01.2019, esta foi aprovada por unanimidade, pelos vinte e um membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Luís Silva, Arménio Silva e Pedro Tavares, do CDS-PP; Rui Sousa, do PPD/PSD e Jorge Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, por não terem estado presentes na sessão a que ela respeita. ----------

b) Colocada a votação a ata da Sessão Ordinária de fevereiro, realizada em 22.02.2019, foi a mesma aprovada por unanimidade, pelos vinte e quatro membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Rui Marques, do CDS-PP e Anabela Carvalhinhos, do PPD/PSD por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. ----------

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a "Atividade Municipal" e "Situação Financeira do Município"; ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo que se a Câmara Municipal tivesse aderido ao processo de transferência de competências, designadamente na área da saúde, talvez tivesse outros argumentos e posição política, no sentido da apresentação das suas reivindicações. No que respeita aos transportes públicos, o trabalho já deveria estar a ser feito numa tentativa de prevenção face à evolução futura. Recordou que no tempo do Presidente da Câmara Municipal Rui Marques, a extensão de saúde esteve encerrada em alguns períodos, reabrindo com as lutas ocorridas. Referiu conhecer a AHMA desde a sua fundação, recordando que o Governo do PS, liderado por António Guterres, lançou um conjunto de políticas sociais, permitindo que esta e demais IPSS´s sejam o que são hoje. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Sr. Presidente, analisando o quadro com a informação referente ao ponto de situação de cada uma das empreitadas, verifica-se que continuam a existir diversas empreitadas fora de prazo de conclusão, empreitadas atrasadas e, como não existe referência sobre o assunto, admite-se que sem consequências para as empresas, o que manifestamente é oposto do que impõe a legislação, ou seja a Câmara não estará a cumprir com a legislação, prejudicando desse modo o

município de Albergaria-a-Velha quer do ponto vista financeiro, ao não aplicar coimas, ou quer do ponto de vista de não utilização atempada da plenitude das empreitadas realizadas. Sr. Presidente esta atuação por sua parte, infelizmente tornou-se uma regra da sua governação o que muito nos tem prejudicado munícipes de Albergaria-a-Velha. Sr. Presidente a Requalificação da Escola da Avenida para além do desfasamento entra a data do contrato e a data de consignação, que é cerca de 6 meses, apresenta ao fim de 9 meses de obra, somente a execução de 41%. Sr. Presidente, as duas empreitadas de Beneficiação e Conservação de vias de comunicação, uma para a zona e outra para a Zona Sul, com um prazo de execução de 60 dias, e que já deveriam ter terminado, mas não terminaram. Sr. Presidente, a falta de limpeza e a deficiente recolha do lixo e desinfeção dos respetivos contentores em todo o concelho de Albergaria-a-Velha é um dos maiores problemas com que o município se debate atualmente, dado que os munícipes não gostam de ver o lixo "muitos dias" por recolher. Basta circular um pouco por todo o concelho para constatar a realidade. Os caixotes do lixo estão cheios e os sacos já se acumulam no chão. Também a vegetação no espaço público está cada vez maior. Desgraça e vergonha são palavras que caracterizam na perfeição o que se passa nesta matéria e Sr. Presidente a responsabilidade é integralmente sua, não se compreendendo quais os motivos pelos quais esta empresa ainda continua a operar no município. Sr. Presidente torna-se inexplicável a sua completa inação para com a empresa com a qual a Câmara Municipal celebrou contrato para a recolha do lixo e desinfeção dos respetivos contentores, mas a verdade é que reconhece que temos toda a razão neste processo e vem tentar disfarçar a situação com a contratação de um aluguer de um veículo para recolha de RSU. Sr. Presidente estamos em presença do reconhecimento público que o Sr. falhou estrondosamente neste processo, não obstante de Eu o ter avisado nesta casa, mas Sr. Presidente o que fica por apurar é se o concurso que o Sr. adjudicou previa as necessidades corretas. Este esclarecimento que lhe solicito é extremamente importante porque é necessário clarificar porque é que o município por metade de um ano tem a necessidade de pagar a mais e 91.634 €. Sr. Presidente, a informação disponibilizada no facebook do Município a 17/04/2019, dando conta que os circuitos de recolha de resíduos urbanos iriam ficar condicionados enquanto decorresse a greve dos motoristas de matérias perigosas e apelando aos munícipes para manterem o lixo doméstico dentro de portas somente demonstra que o "Executivo perdeu a vergonha na cara." O Município de Albergaria-a-Velha, emitindo uma informação deste cariz, escamoteia dessa forma a inoperância da empresa e coloca o Município numa posição de submissão perante a empresa. Relembro o Sr. Presidente que a falta de combustível nos Postos de Abastecimento Locais não pode servir de desculpa para a recolha deficiente dos resíduos dado que esta situação já se verifica há largos meses no concelho de Albergaria-a-Velha. Mas será Sr. Presidente que teremos de dar os Parabéns ao Executivo por "ajudar" não todos os Munícipes, mas sim a empresa encarregue da recolha de resíduos urbanos a quem o Município paga a tempo e horas por um serviço que nos envergonha a todos? E eis que de acordo com a informação prestada pela DASU, esta dá apoio na recolha de resíduos depositados na via pública e pasme-se o Município paralelamente ao contrato em vigor ainda procedeu ao aluguer de uma viatura por 6 meses, representando para a autarquia um encargo de 91.634,00€, a que corresponde um valor diário de 587,00€. Inevitavelmente teremos de concluir que o Executivo Municipal revela a sua inércia, a sua inabilidade e incapacidade para lidar com uma matéria sensível a todos os Munícipes, como é o caso da recolha de resíduos urbanos. Sr. Presidente Qual o tipo de

procedimento adotado pelo Município para o aluguer da viatura? Qual a fundamentação da necessidade da despesa/objeto do contrato? Atualmente o Município tem um contrato celebrado com uma empresa para efetuar a recolha de resíduos urbanos. Sr. Presidente além destes esclarecimentos que lhe solicito que preste a esta Assembleia, fornecendo os valores, de 2014 a 2018, discriminados por anos e por rúbricas, que gastou com a taxas pagas no aterro sanitário, com o valor do contrato de recolha e desinfeção de contentores bem como eventuais alugueres de viaturas para o serviço de RSU e/ou contração de prestação de serviços extra contrato para o mesmo serviço. Sr. Presidente este mal também se verifica para a recolha de monos, onde o município contratou uma empresa para a sua recolha, mas afinal, é o Município que os vai recolher. Sr. Presidente, esta situação de recolha de monos também carece de uma explicação cabal, então porque é que o Sr. está a pagar a uma empresa para a recolha dos monos e é o Município que os está a recolher? Sr. Presidente além deste esclarecimento que lhe solicito que preste a esta Assembleia, fornecendo os valores, de 2014 a 2018, discriminados por anos e por rúbricas, que gastou com o contrato de recolha de monos bem como eventuais alugueres de viaturas para o serviço e/ou contração de prestação de serviços extra contrato para o mesmo serviço e/ou a valoração dos serviços extra prestados pela Câmara Municipal. Sobre o Gabinete de Proteção Civil e Florestal, Sr. Presidente volto a constatar que na informação da atividade municipal, não se encontra qualquer referência à atividade desenvolvida pelo Gabinete de Proteção Civil e Florestal. Sr. Presidente volto a solicitar que seja facultada a esta Assembleia a informação em falta." ----------

Arménio Silva – CDS-PP – Recordou ter sido no tempo do Presidente da Câmara Municipal Rui Marques que a Câmara Municipal comprou o terreno onde se encontram as instalações da AHMA, que serviu também para a construção do *Intermarché*. Questionou se o executivo do PSD procedeu à aplicação de coimas a empresas adjudicadas perante eventuais atrasos na execução das obras, não tendo conhecimento de nenhuma. Referiu que há algum tempo atrás a taxa de desemprego era muito elevada e não havia falta de pessoal para trabalhar, sendo diferente o atual cenário, o que deve ser tido em conta. Disse ainda não ser elegante a expressão utilizada "a Câmara Municipal perdeu a vergonha" devendo esta Assembleia ser enaltecida com debate sério e construtivo. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Referiu ter sido eleito para esta Assembleia Municipal em outubro de 2013, e que a obrigatoriedade de aplicação das coimas foi reforçada com as alterações legislativas que ocorreram num passado recente, não havendo, naquele período, evidências do que se passa atualmente no município. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos - Questionou se o custo com o aluguer de viaturas para a recolha de resíduos sólidos urbanos inclui o serviço do motorista e dos trabalhadores que recolhem o lixo. Questionou igualmente se foi o concurso ou a sua execução que falhou neste processo. Indicou depois que alugar um camião, com um custo de € 91.000,00 em seis meses, representa 40% do valor da aquisição da viatura nova. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o processo está a ser acompanhado pelos serviços jurídicos dos três municípios envolvidos. A empresa não está a cumprir com o contrato e, em face do problema de saúde pública e de incumprimento da empresa, a forma mais imediata de o resolver foi proceder ao aluguer da viatura e do motorista. Clarificou haver quatro municípios que estão a lançar um concurso no mesmo âmbito, designadamente Estarreja, Sever do

Vouga, Murtosa e Águeda, tendo havido um atraso no seu processo na tentativa de verificar se os municípios de Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos, conseguiriam entrar em acordo com a empresa *Luságua*, o que não aconteceu. Esgotado todo o tempo possível e perante a exigência dos munícipes e da Assembleia Municipal, esta foi a solução encontrada. Referiu também que o preço mais baixo não pode ser o único critério de seleção, tendo sido este o grande problema deste procedimento. Futuramente, o concurso não poderá assumir exclusivamente este critério, estando a ser tomadas atualmente as devidas precauções, a fazer refletir no próximo caderno de encargos. Continuando, agradeceu aos colaboradores da Câmara Municipal e à população pela adesão à campanha de solidariedade SOS Moçambique e à empresa transportadora *Santos e Vale,* pelo transporte das dádivas. Concluindo, informou que em 2013 foram atribuídas pela autarquia 10 bolsas de estudo para o ensino superior, que passou para 15 e, atualmente para 20, um aumento de 100%. Informou que em 2019 comemora-se o Ano Nacional da Colaboração, tendo o Município de Albergaria-a-Velha tomado a iniciativa de realizar o evento "O Poder da Colaboração", uma iniciativa que representa um exemplo de boas práticas. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Referiu depreender que estará em cima de mesa a programação de novo concurso e a denúncia do atual contrato, estimando que daqui a seis meses o concurso esteja finalizado. Caso contrário, questionará o que acontece daqui a 6 meses, uma vez que são pagos € 580,00/dia com o aluguer do camião.----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, deu início à apreciação do ponto 3. ----------

Ponto 3 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Albergaria-a-Velha relativos ao exercício de 2018; ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 3. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – " Sr. Presidente, o município, por si presidido, em dois anos (desde 2016 a 2018) aumentou as dívidas a terceiros, incluindo empréstimos cerca de 1 M€; Sr. Presidente o município, por si presidido, em dois anos (desde 2016 a 2018) aumentou os empréstimos de Médio e Longos Prazos cerca de 1,2 M€; Sr. Presidente tenho de citar um provérbio popular e que é "pela boca morre o peixe", Sr. Presidente, o Sr. sempre falou em baixa execução dos fundos comunitários por parte dos seus antecessores e o que se pode dizer quando o Sr. Presidente só realizou 503.405 € em vez dos 1.802.037 € que tinha orçamentado para 2018, ou seja temos uma execução medíocre dos fundos comunitários, menos de 30 % Sr. Presidente o valor dos fundos comunitários que recebeu é pouco mais que 1/3 do que o Sr. contraiu de empréstimos, ou seja, tem uma baixa execução de fundos comunitários, corresponde somente a 18,58 % da receita de capital, e a obra que realizou foi basicamente sustentada no empréstimo que o Sr. realizou, 43,41 % da receita de capital. Concluindo, "pela boca morre o peixe" o Sr. que tanta publicidade fez dos fundos comunitários e, pasme-se tem

uma execução dos mesmos que quase é simbólica. Sr. Presidente, o Sr. cobrou o valor mais elevado que há memória neste município no valor de 4.927.593,16 € (rúbrica dos impostos diretos no ano de 2018) e, se fizermos referência ao ano de 2014, o primeiro da sua total responsabilidade temos a registar um aumento de cobrança de impostos diretos de cerca de 16%; Sr. Presidente, o Sr. cobrou o valor mais elevado de IMI (no ano de 2018) que há memória neste município no valor de 2.796.816,47 € e, se fizermos referência ao ano de 2014, o primeiro da sua total responsabilidade temos a registar um aumento de cobrança de IMI de cerca de 9,5%; Sr. Presidente, o Sr. de 2014 a 2018, acumulou resultados líquidos negativos no valor de – 6 347 278,39 €; Sr. Presidente, o Sr. de 2014 a 2018, acumulou de cobrança de impostos e taxas uma soma muito considerável, o que nunca executivo anterior teve acesso, e que se cifra no valor de 23 621 039, 76 €; Sr. Presidente apresenta, nestas contas, um resultado operacional muito negativo, -1.364.450,25 €, ou seja, a operação orçamental do município, no ano de 2018, em que os Proveitos e ganhos, excetuando os financeiros e os extraordinários, foram de 12.720.747,76 €, muito inferiores aos Custos e Perdas, excetuando os financeiros e os extraordinários, que foi de 14.085.198,01 €. Dito de outra forma a gestão operacional municipal foi deficitária tendo que os Proveitos e Ganhos foram inferiores aos Custos e Perdas em 1.364.450,25 €, ou seja, estamos a gastar mais do que recebemos durante a execução do ano de 2018; Sr. Presidente a continuação desta tendência de gastar mais do que se cobra vai conduzir, no futuro, o município a uma situação de rotura. Sr. Presidente outro indicador que revela esta tendência para o esgotamento de recursos da Câmara Municipal é dado pela taxa de despesa corrente / receita corrente e, Sr. Presidente em 2014, o seu primeiro ano com responsabilidade total na execução do orçamento, essa taxa se situava em 74,58 % temos que em 2018, o seu quinto ano de total responsabilidade de execução do orçamento, a taxa situa-se em 85,59 % e, Sr. Presidente ainda o Município não está a refletir nas suas contas a totalidade de desbloqueamento das progressões bem como ainda não recebeu as transferências de competências que, todos nós sabemos, vão piorar estes rácios. Sr. Presidente é imperioso, para o bem de Albergaria-a-Velha, que corrija esta tendência negativa. Sr. Presidente esta tendência negativa de agravamento da taxa de despesa corrente / receita corrente, não é devida à redução da receita corrente que, bem pelo contrário, tem aumentado sucessivamente desde 2015 a 2018, mas, é explicado pelo aumento da despesa corrente em ritmo superior à receita corrente e, este dado é muito preocupante. Sr. Presidente este aumento de despesa corrente é muito preocupante e como exemplo refiro o aumento do total de encargos com a rúbrica de despesa de pessoal, que aumentou em 5,98 % no ano de 2018 relativamente a 2017 e, posso referir a título de exemplo que: O trabalho extraordinário em 2018 é mais que o dobro do que o Sr. apresentou em 2014; O trabalho noturno em 2018 é mais que o dobro do que o Sr. apresentou em 2014; O trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados em 2018 é mais que o dobro do que o Sr. apresentou em 2014; As despesas de representação em 2018 é cerca mais 28% do que o Sr. Apresentou em 2014; O Total de encargos com rúbricas de pessoal em 2018 é cerca mais 9,3% do que o Sr. Apresentou em 2015; Sr. Presidente, e só este ano o Sr. começará a sentir os efeitos do desbloqueio das carreiras a que terá de somar o aumento do salário mínimo na função pública que é muito superior ao da privada. Mas Sr. Presidente este aumento de despesa na rúbrica nas despesas com pessoal também se verifica na rúbrica de fornecimento de serviços, não existe nenhuma compensação entre as rúbricas, ou seja, a opção é gastar, gastar e depois logo se vê. Face ao exposto sou a concluir que, a execução do seu

orçamento que aqui apresentou em novembro de 2017, foi medíocre pelo que não lhe posso dar meu voto favorável. Sr. Presidente "é quando a maré baixa que se vê quem está a nadar sem calções". Mas o povo anda contente e assim deve continuar até que a maré continue suficientemente alta para esconder quem vai nu, mas Sr. Presidente a maré já começou a baixar e, Sr. Presidente um sinal evidente é a saída do seu Chefe de Gabinete, para a Associação de Jovens Empresários, já em maio, o seu primo e homem de confiança a que depositou a gestão dos projetos mas, Sr. Presidente mais movimentações estão a ser congeminadas, vamos aguardar". ----------

Jesus Vidinha – PS – Disse ressaltar deste relatório de contas uma quebra do investimento na ordem dos 15%, verificando-se, do lado das receitas, uma redução na venda de bens e serviços de 2%, evidenciando aquilo que o Grupo Municipal do PS tem alertado, para a cobrança de utilização dos espaços públicos a entidades extra-concelhias, o que não é feito. Sublinhou também que a arrecadação de fundos comunitários ficou muito aquém do previsto. No que respeita às despesas correntes, referiu não estar em causa a despesa, mas sim a sua qualidade, questionando se este aumento decorre do aumento das atividades às quais a Câmara Municipal é chamada a responder. Disse ainda, enumerando um conjunto de rubricas, entender que determinadas despesas deveriam ser condicionadas, designadamente a favor das freguesias, educação, cultura e recreio. Verificou-se um aumento de investimento na aquisição de terrenos, o que implicou a redução do investimento inicialmente previsto nas demais rubricas, tratando-se de opções políticas. ----------

João Branco – PPD/PSD – No que respeita à rubrica de transferências correntes para as associações, e face aos valores atribuídos para as várias associações, disse verificar que o clube de ciclismo FJP recebeu cerca de € 29.173,76, mais do que o CRECUS e o Beira Vouga juntos ou que as bandas União Pinheirense, União Sanjoanense e ASIV juntos. Tendo tido conhecimento que o clube contou apenas com um pequeno grupo de crianças de BTT, questionou a que se deveu este subsídio, questionando se é razoável e justo esta diferença, face a associações e clubes que trabalham há décadas e muitas vezes sem qualquer apoio ou subsídio. ----------

Luís Silva – CDS-PP – Usou da palavra, informando não ser verdade que a Câmara Municipal tenha gasto mais do que recebeu, porque há € 2.900.000,00 do lado da despesa que na prática não foram gastos e que resultam da questão das depreciações. A generalidade de despesas com encargos de pessoal e fornecimento de serviços registou um aumento, mas será uma forma de demonstrar que, se a Câmara Municipal cobra mais impostos, não por opção do município mas pelas diretrizes da Administração Pública Central, uma vez que a lei tem permitido que encaixe mais impostos, não obstante a redução das taxas, por exemplo, do IRS, IMI, Derrama, pelo executivo no mandato anterior, é natural que gaste mais em beneficio da população. No que respeita à utilização adequada dos equipamentos municipais, implica um natural aumento de custos na sua manutenção. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para dar os esclarecimentos necessários sobre as questões colocadas. ----------

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, caraterizando como inqualificável a afirmação do Membro Municipal Luís Oliveira relativamente ao Chefe de Gabinete Dr. Nuno Ferreira. Foi Membro da

Assembleia Intermunicipal de Aveiro, Vereador da Câmara Municipal de Sever do Vouga, pelo PSD. Foi ainda técnico altamente qualificado ao serviço da CCDR Norte e Comunidade Intermunicipal de Dão Lafões, teve ao serviço de Governo Espanhol no âmbito do empreendedorismo. Referiu compreender a pequena dimensão do Membro Municipal Luís Oliveira perante o Dr. Nuno Ferreira e eventual inveja, por ser um técnico altamente qualificado e competente. Por estes motivos, o Dr. Nuno Ferreira foi convidado a trabalhar na comissão executiva da ANJE, com vencimento superior e local de trabalho mais próximo da sua residência, pelo que o Presidente da Câmara Municipal, a muito custo, autorizou a sua saída, não permitindo que o Membro Municipal Luís Oliveira coloque em causa a qualidade profissional do Dr. Nuno Ferreira. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informou ter-se verificado um aumento nas rubricas destinadas a deslocações e estadas que são, no entanto, essencialmente financiadas, devendo-se a deslocações da Câmara Municipal no âmbito de intercâmbio em projetos internacionais, designadamente o Urbact, entre outros. Referiu ao Membro Municipal Jesus Vidinha que a educação não está esquecida, havendo hoje mais iniciativas desenvolvidas e respostas nesta matéria. Relativamente à análise da rubrica "transferências para as Juntas de Freguesia" lembrou que esta tem de ser cuidada, dado que reflete apenas a apresentação dos documentos por estas à Câmara Municipal. Esclareceu ainda que a dívida total do município foi maior em 2007, no valor de € 9.261.068,14. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VI, Fls. 1). Relativamente à evolução da dívida, sem Operações de Tesouraria, FAM e SIMRIA, em 2007 o valor situava-se em € 8.492.102,84 e em 2018 situa-se em € 4.731.209,00. Com o empréstimo de € 1.400.000,00 que foi aprovado para a compra de terrenos da Zona Industrial, em 2019 e com a amortização de € 400.000,00 programados para o exercício de 2019, no final do corrente ano o executivo terá menos volume de dívida do que no ano em que iniciou o primeiro mandato. Entregou dois documentos, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo VII, Fls. 1; Anexo VIII, Fls. 1). No que respeita ao montante dos investimentos efetuados, informou que, em 2017, este totalizou € 4,800.000,00 e, em 2018, € 4,200.000,00 não havendo tão pouco investimento como foi dito. Relativamente às receitas, em 2013 a Câmara Municipal arrecadou € 2.764.116,06 em IMI e em 2018, € 2.796.826,00, ou seja, verificou-se no ano transato um aumento de apenas € 2.000,00 relativamente a 2013, com mais famílias a pagar, por isso há uma redução efetiva do IMI. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo XIX, Fls. 1). Sobre a despesa, esclareceu ter havido um aumento das transferências para as associações sem fins lucrativos, para as freguesias e para as famílias. Entregou três documentos, os quais ficam anexos à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo X, Fls. 1; Anexo XI, Fls. 1; Anexo XII, Fls. 1). Sobre o aumento da despesa, verificou-se o aumento de € 6.633,00 em juros, € 130,000,00 na aquisição de bens e serviços e € 220.000,00 em despesas com pessoal. Neste âmbito, um dos fatores que contribuiu para o aumento da despesa foi o aumento do Salário Mínimo Nacional, em 14,8%, entre 2015 e 2018, lembrando que o município tem 94 colaboradores a receber o Salário Mínimo Nacional, referindo ainda que a categoria de Assistente operacional, aquela onde se verifica mais falta de mão de obra, não sendo a remuneração de ingresso desta carreira (que corresponde ao SMN) suficiente para as pessoas viverem condignamente. Relativamente às amortizações, esclareceu que estas não entram no exercício. No que respeita à receita corrente e despesa corrente, o ano em que se verificou um

maior volume de despesa foi em 2011 (91%) na gestão do PSD. Entre os anos de 2011 e 2018, o volume de despesa foi de 91%, em 2011; 89%, em 2012; 81%, em 2013; 81%, em 2014; 83%, em 2015; 82%, em 2016; 85%, em 2017 e 86%, em 2018. Entre 2012 e 2018 a receita corrente aumentou 26% e a despesa corrente aumentou em 22%, poupando 4% ao município, concluindo que a autarquia é bem gerida. Entregou um documento, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo XIII, Fls. 1). ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que eram 00:30 horas, colocou à votação a continuidade da sessão, nos termos do n.º 2 do art.º 16, do Regimento. ----------

Colocada a votação a continuidade da sessão verificou-se não haver unanimidade dos/as Membros Municipais presentes a favor desta continuidade. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu assim por encerrada a primeira reunião e convocou os/as Membros Municipais para a 2.ª reunião da Sessão Ordinária de abril para o dia 30 de abril de 2019, às 21:00h a ter lugar no Edifício dos Paços do Município. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na primeira reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada por mim, Mário Rui de Almeida Branco, Presidente da Assembleia Municipal, e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____